

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/12/2014 a 31/12/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

CAR já cadastrou 130 milhões de hectares. Paulenir Constâncio e Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/12/2014	3
Em jornalismo, recordar é viver. Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/12/2014.....	4
Encontro aprofunda discussões sobre política nacional para povos e comunidades tradicionais – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/12/2014.....	5
Corte brasileiro de emissões florestais é bem recebido pela ONU – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/12/2014	6
Combate ao efeito estufa soma R\$ 10,8 milhões. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/12/2014	7
Programa Ecoforte assina 21 convênios para a produção agroecológica. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014.....	8
SP aprova cortar mata e ‘pagar’ em outro Estado. Fabio Leite – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 10/12/2014	9
Geller comemora Decreto que trata da Política Agrícola de Florestas Plantadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/12/2014	9
Condraf discute balanço das políticas de desenvolvimento rural. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/12/2014	10
Oficina mobiliza juventude extrativista para preservação da biodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/12/2014.....	11
Brecha no Código Florestal pode afetar recomposição de reservas. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2014	12
Bolsa Verde beneficia mais de 70 mil famílias. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/12/2014	12
Programa ABC liberou R\$ 450 milhões em novembro – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 23/12/2014.....	14
Soberania alimentar: 5 passos para esfriar o planeta e alimentar sua população. La Via Campesina – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 26/12/2014.....	15

CAR já cadastrou 130 milhões de hectares. Paulenir Constâncio e Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 01/12/2014

Cerca de 130 milhões de hectares já foram cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O cadastro é uma exigência da Lei Florestal (Lei 12.651/12) para regularização ambiental e a obtenção de financiamento público para produção. O governo federal estima que deverão ser cadastrados, até maio de 2015, 329 milhões de hectares – o total de imóveis e posses rurais do país.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fez uma avaliação do programa e anunciou a entrada em operação do sistema que detecta fraudes no preenchimento dos dados. “Quem tentou fraudar foi bloqueado”, garante.

A “malha fina” do CAR já identificou algumas tentativas de fraude, revelou a ministra, sem apresentar detalhes que poderiam trazer prejuízos ao processo de investigação que segue na Polícia Federal e Ministério Público.

Izabella informou, também, que o Ministério do Meio Ambiente vai adquirir, até o final do ano, o quarto lote de imagens de satélite cobrindo todo o território nacional. “Somos o país que mais adquire imagens no mundo com a finalidade de combater o desmatamento”, explica. Com isso, os estados terão uma ferramenta que permitirá o acompanhamento da evolução da recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

As fotos de satélites são comparadas ano a ano e com imagens anteriores a 2008, o que permite checar a veracidade das informações prestadas pelos proprietários rurais.

MORATÓRIA DA SOJA

A ministra lembrou, durante coletiva de imprensa para anunciar a renovação da moratória da soja (Soja sairá da lista de vetores do desmatamento), em Brasília, os desafios enfrentados para implantar o CAR.

O cadastro vai permitir acompanhar o cumprimento dos acordos firmados pelos produtores de soja, facilitando a identificação dos que estão cumprindo a lei ou não, garantindo, dessa forma, acesso aos mercados internacionais de commodities mais exigentes. Os resultados, segundo a ministra Izabella, são uma boa notícia e desmentem aqueles que não acreditavam na possibilidade de um cadastro tão amplo.

PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

O CAR é uma obrigação dos estados, mas o MMA criou o Sistema de Cadastramento Ambiental Rural (Sicar) que vai integrar os cadastros já existentes, além de possibilitar novos cadastros realizados diretamente pelos proprietários rurais, pela internet, no site www.car.gov.br. Os passivos ambientais registrados no CAR serão regularizados por meio da adesão ao Programa de Regularização Ambiental, o PRA.

O preenchimento do CAR começou pelos pequenos proprietários rurais e conta com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos assentamentos.

A expectativa, agora, é de que os grandes proprietários se cadastrem até o vencimento do prazo em maio de 2015, para evitar a prorrogação, prevista em lei. “O produtor médio tem também um papel fundamental na consolidação do CAR”, declarou a ministra Izabella.

Em jornalismo, recordar é viver. Leão Serva – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/12/2014

Em 1992, escrevi para a Folha reportagem sob o título "Verdes tentam salvar mogno da Amazônia" (10/5/1992). Tratava de uma campanha lançada no Reino Unido propondo o boicote à madeira brasileira retirada ilegalmente da floresta, roubada a comunidades indígenas. Havia ameaça de extinção dessa madeira nobre no Pará. No texto, narrei também uma negociação com madeireiros que, embora ilegal, ocorrera no escritório da Funai em Altamira.

Poucos dias depois, o líder madeireiro Danilo Olivo Carlotto Remor enviou carta ao Painel do Leitor (3/6/1992), negou que o corte de árvores pudesse afetar o equilíbrio da floresta, disse que os índios pressionavam as empresas, que a exploração era benigna, que a mata se regenerava e que a atividade econômica se baseava no manejo sustentável.

Passados 20 anos, quando o Pará ostentava seguidamente os piores índices de destruição da Amazônia e o sistema climático da região já dava sinais do esgotamento que testemunhamos com a crise hídrica no Sudeste, decidi procurar o senhor Danilo Remor para confrontar o resultado trágico da exploração da floresta com suas projeções róseas. O futuro o condenara. Mas infelizmente, o empresário já havia falecido. Não pode ser cobrado.

Assim como os empresários do tabaco passaram quase todo o século 20 refutando os estudos que vinculavam o cigarro ao câncer, boa parte do establishment brasileiro vem fazendo o mesmo com os dados alarmantes apresentados por estudos de climatologistas. A falta de água em São Paulo, por exemplo, só surpreendeu a quem não acreditou nos trabalhos que mostravam que a maior parte da chuva no Sudeste vem da Amazônia; que o desmatamento resseca a floresta e com isso menos umidade se transpõe.

Lembrei do episódio ao ler a carta de Cesario Ramalho da Silva, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (Painel do Leitor, 26/11/2014) sobre minha coluna "Agronegócio e a morte da Amazônia", publicada dois dias antes. Ele define meu texto como um "embuste", que atenta contra a inteligência do leitor e desconhece todos os benefícios que atividade agropecuária traz para o país. Termina dizendo: "Em um país que devolve ao mar 99% da água que cai em sua superfície".

Espero não ter que esperar 20 anos e nem mesmo terei prazer de provar que o senhor Cesario erra. Seu engano ameaça o país. O agronegócio brasileiro tem méritos sim, mas sua atuação na Amazônia é destrutiva e, ao lado dos madeireiros como Danilo Remor, forma a vanguarda da destruição. Seu método deletério já foi estudado e está bem documentado, meu texto não traz novidade quanto a isso. O empresário usa o método da indústria do fumo contra o câncer de pulmão para ganhar tempo ou negar o óbvio.

Já a sua frase final é absolutamente non sense. E é reveladora de como é possível sim usar números para criar embustes: no sistema amazônico, cerca de 50% da água da chuva vai para o rio (e de lá para o mar) e outra metade fica retida na mata, o que a torna "floresta úmida", como é definida. Quando ocorre o desmatamento, aumenta o percentual de água que vai para o rio e de lá para o mar. Quando tivermos 99% de água de chuva indo direto para o mar, vamos viver em um Saara. No sonho do empresário, talvez as dunas sejam montanhas de soja, esses grãos baratos que alimentam porcos na China. Tomara que antes de 20 anos possamos corrigir o defeito estrutural de nosso agronegócio e passar a ganhar dinheiro com a floresta de pé. Quem viver, verá uma coisa ou outra.

Encontro aprofunda discussões sobre política nacional para povos e comunidades tradicionais – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/12/2014

Secretário executivo do MDS, Marcelo Cardona avaliou positivamente o II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, que reuniu cerca de 300 representantes de diversos segmentos

Brasília, 2 – O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Marcelo Cardona, avaliou positivamente o II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. O evento foi promovido na semana passada, em Brasília, e reuniu cerca de 300 representantes de diversos segmentos.

Cardona ressaltou que o encontro alcançou o objetivo de fortalecer a CNPCT. Outro destaque foi o aprofundamento das discussões sobre quais são as prioridades para cada um dos eixos da política nacional para povos e comunidades tradicionais. “Também estamos recolhendo subsídios importantes para uma próxima reorganização da comissão”, explicou.

Durante o encontro, as discussões se concentraram nas ações de melhoria para os segmentos nas áreas de infraestrutura, inclusão produtiva e acesso a serviços. Para Cardona, os debates geraram resultados importantes para a implementação e acompanhamento das políticas públicas. “Conseguimos insumo necessário para que possamos dialogar com as diversas instâncias de governo e atender as demandas dos povos e comunidades tradicionais”, afirmou.

O secretário destacou também as estratégias para localizar essas comunidades, por meio da Busca Ativa, e incluí-las no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. "Assim essas famílias serão titulares de direito de outras políticas sociais. Esse trabalho é essencial também para reduzirmos a subalimentação nesses segmentos."

O II Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais foi organizado pela CNPCT, que é presidida pelo MDS e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Corte brasileiro de emissões florestais é bem recebido pela ONU – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 03/12/2014

Documento com os números alcançados pelo Brasil passou pelo crivo de especialistas reunidos na COP 20, no Peru

Da Redação

O Nível de Referência de Emissões Florestais do Brasil (FREL, na sigla em inglês) foi avaliado positivamente pela comunidade internacional. O relatório de análise foi divulgado na última terça-feira (02/12), na 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que ocorre em Lima, capital do Peru.

O relatório feito pela UNFCCC destaca que “os dados e as informações usadas pelo Brasil são transparentes e completos e estão, de forma geral, de acordo com os parâmetros contidos no anexo da decisão” da Convenção sobre os limites de referência sobre emissões florestais.

A avaliação técnica ressalta ainda que “o Brasil incluiu no Nível de Referência a atividade mais significativa, o bioma mais importante e os reservatórios de carbono mais relevantes em termos de emissões florestais”. Segundo os especialistas, “o processo de avaliação foi uma oportunidade para um rico, aberto, facilitado e construtivo intercâmbio técnico de informações com o Brasil”.

Até o fim do ano, o Brasil deve encaminhar à UNFCCC o Anexo REDD+ junto ao Relatório Bienal de Atualização, com os resultados atingidos entre 2006 e 2010, que também serão avaliados pela UNFCCC. Depois disso, os resultados brasileiros de redução das emissões provenientes do desmatamento na Amazônia terão sido plenamente mensurados, reportados e verificados e tornarão o País apto a receber pagamentos por resultados REDD+.

CLAREZA

A submissão brasileira do Nível de Referência para a Amazônia, em junho de 2014, marcou o início da implementação do Marco de Varsóvia para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), um dos principais resultados da COP 19, em 2013.

O processo de análise técnica contribuiu para dar maior clareza e transparência à submissão e identificou também áreas para maior aprofundamento técnico, dentre elas a digitalização dos mapas de desmatamento para os anos de 1996 e 1997 e a inclusão de novos reservatórios de carbono.

SAIBA MAIS

A submissão do Nível de Referência é componente requerido pela UNFCCC para o reconhecimento de resultados de REDD+. O documento define o período de referência e a escala na qual as atividades de REDD+ são medidas, em uma perspectiva histórica ou projetada. A função de permitir a avaliação dos efeitos reais de políticas e medidas

de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), conservação e incremento de estoques.

Criado em 2003 e atualizado em 2007, o termo REDD+ representa um mecanismo de redução compensada da liberação de carbono na atmosfera. O conceito engloba a diminuição das emissões por desmatamento e degradação e inclui a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável, do aumento dos estoques de carbono e do incentivo ao desenvolvimento sustentável. A redução aparece, portanto, como um meio de diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

Combate ao efeito estufa soma R\$ 10,8 milhões. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 04/12/2014

O valor se refere somente aos recursos não-reembolsáveis liberados em 2014 pelo Fundo Clima

Mais de R\$ 10,8 milhões foram investidos, neste ano, em programas de combate às emissões de gases de efeito estufa. O valor foi apresentado, nesta quinta-feira (04/12), em reunião do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), responsável pela execução do montante. Os projetos financiados pelo Fundo se dividem em áreas como desenvolvimento e difusão tecnológica e monitoramento e avaliação.

A verba se refere aos recursos não-reembolsáveis executados em 2014. Pioneiro no apoio a pesquisas e programas de mitigação e adaptação, o Fundo Clima é um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Com natureza contábil e vinculado ao MMA, ele é administrado por um comitê formado por representantes de órgãos federais, da sociedade civil, do terceiro setor, dos estados e dos municípios.

EXECUÇÃO

O Comitê Gestor apresentou, ainda, dois projetos que estão em fase avançada de execução. Um deles desenvolve o Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta), por meio da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que montará 12 estações de monitoramento ao longo do litoral do país. O outro projeto apresentado apoia ações desempenhadas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O Fundo engloba medidas que estão sendo defendidas pelo Brasil na 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP 20, que ocorre até o fim da próxima semana em Lima, no Peru. “A questão não é só mitigação. Estamos defendendo adaptação e uma combinação de ações para o novo regime climático que está se desenhando”, afirmou o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Carlos Klink.

SAIBA MAIS

Apesar de ser considerado um fenômeno natural, o efeito estufa tem sido intensificado nas últimas décadas acarretando mudanças climáticas. Essas mudanças decorrem do aumento descontrolado das emissões de gases de efeito estufa, entre eles o dióxido de carbono e o metano. A emissão desses gases na atmosfera ocorre por conta de diversas atividades humanas, entre elas o transporte, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e consumo de energia.

Programa Ecoforte assina 21 convênios para a produção agroecológica. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e indígenas serão beneficiados com a assinatura de 21 convênios do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte).

O ato de assinatura ocorreu nesta terça-feira (9), no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; do secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Laudemir Müller; representantes dos bancos financiadores; da sociedade civil e dos projetos vencedores.

Os empreendimentos foram selecionados por edital e deverão atuar na promoção da agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Os convênios assinados totalizam R\$ 25 milhões. Os recursos são da Fundação Banco do Brasil, do Fundo Amazônia e do Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa vai financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos como veículos, utensílios e material permanente; qualificação profissional; construção e reforma de imóveis e assistência técnica. Participaram da seleção, 33 projetos habilitados, sendo 21 selecionados

De acordo com o secretário executivo do MDA, o Ecoforte é uma das ações que impulsionam a produção e a comercialização de produtos agroecológicos da agricultura familiar. “O Ecoforte dá a possibilidade para que cooperativas, organizações, associações e outras entidades possam aprimorar a produção agroecológica e, principalmente, acessar os mercados com mais qualidade e em maior escala”, explica Laudemir Müller

Ecoforte

O programa Ecoforte integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica Brasil Agroecológico e apoia projetos voltados à intensificação das práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

O objetivo do Programa é desenvolver ações conjuntas para fortalecer e ampliar redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, em complementação às ações previstas no Brasil Agroecológico.

SP aprova cortar mata e ‘pagar’ em outro Estado. Fabio Leite – O Estado de São Paulo, Sustentabilidade. 10/12/2014

Alesp faz regulamentação do Código Florestal nacional que pode agravar a situação dos mananciais, segundo ambientalistas

SÃO PAULO - A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou nesta quarta-feira, 10, o projeto que permite que grandes agricultores façam a compensação ambiental de áreas desmatadas em solo paulista em outros Estados. Chamada de “Lei do Desmatamento” por ecologistas, a proposta defendida pelo agronegócio teve amplo apoio dos deputados da base do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Para o diretor de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, o projeto vai agravar ainda mais a crise hídrica em São Paulo. “Hoje, restam apenas 21,5% de vegetação nativa na bacia onde ficam as represas do Sistema Cantareira. Todos sabem que para ter água é preciso ter florestas e eles estão regularizando o desflorestamento em São Paulo”, afirma.

De autoria do deputado Barros Munhoz (PSDB), líder de Alckmin na Assembleia, e de outros cinco parlamentares governistas, o projeto estabelece, em São Paulo, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), cuja implementação é exigida em todos os Estados pelo Código Florestal nacional, aprovado em 2012.

Segundo Munhoz, a aprovação do projeto “representa um grande avanço para o Estado” porque, “além de garantir a recuperação recorde de 1,6 milhão de hectares de matas, a iniciativa dará mais segurança a produtores rurais, que passarão a ter acesso a crédito e apoio técnico após regularizarem as propriedades”. Ele disse que o projeto foi amplamente discutido e sofreu diversas alterações apresentadas pela oposição.

Natural de Itapira, no interior, e defensor do agronegócio, Munhoz não aceitou, porém, ceder na compensação em outro Estado, que é permitida pelo Código Florestal nacional, aprovado com apoio da base do governo Dilma Rousseff. A lei federal determina apenas que a recuperação ocorra no mesmo bioma, sem limitação territorial.

Proposta. A bancada petista na Assembleia propôs uma emenda liberando a prática apenas para pequenos agricultores, mas ela foi rejeitada pela base de Alckmin, incluindo os votos contrários dos ex-secretários do Meio Ambiente Bruno Covas (PSDB) e de Recursos Hídricos Edson Giriboni (PV). “Todos sabem da situação hídrica do Estado. Não é possível exportar floresta e querer importar água”, disse o líder do PT, João Paulo Rillo.

Até integrantes do governo paulista criticaram o projeto, dizendo que ele “trará prejuízos irreversíveis à proteção e conservação de água, fauna e flora”.

Geller comemora Decreto que trata da Política Agrícola de Florestas Plantadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 12/12/2014

Ministério da Agricultura coordenará o planejamento e implementação de um Plano Nacional para o setor

A Presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto 8375, que trata da Política Agrícola de Florestas Plantadas. A publicação do documento no Diário Oficial da União desta sexta-feira (12) foi comemorada pelo ministro Neri Geller. “Essa é uma conquista para o setor. Com a transferência da gestão das políticas públicas de florestas plantadas para o Ministério, vamos propor um conjunto de orientações condizentes com o potencial que o setor pode dar ao desenvolvimento sustentável do País”, afirma.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) coordenará o planejamento, a implementação e a avaliação da Política Agrícola para Florestas Plantadas. Ela deverá observar as atividades de produção, processamento e comercialização dos produtos, subprodutos, derivados, serviços e insumos relativos ao setor.

O Decreto estabelece ainda a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF). O documento, que terá um horizonte de 10 anos e deve ser atualizado periodicamente, fará um diagnóstico da situação do setor de florestas plantadas, incluindo seu inventário florestal, além de propor cenários com as tendências internacionais e macroeconômicas. Ele também estabelecerá metas de produção florestal e ações para seu alcance.

O setor de florestas plantadas responde pelo abastecimento de 75% do consumo de produtos florestais, a partir de uma base de plantios de somente sete milhões de hectares, que correspondem a menos de 1% da área do território nacional. O setor está relacionado a importantes cadeias produtivas da economia, como construção civil, siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel, movelaria e energia.

Condraf discute balanço das políticas de desenvolvimento rural. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/12/2014

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) realizou, em Brasília, reunião de balanço e perspectivas das políticas de desenvolvimento rural, nesta sexta-feira (12).

A sessão foi comandada pelo presidente do Conselho e ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que avaliou o cenário de transformações, lutas e conquistas vivenciadas no meio rural nos últimos 12 anos. “Alcançamos importantes avanços no reconhecimento da agricultura familiar e na consolidação de políticas públicas. Isso só foi possível pela clara orientação desse projeto político.”

Miguel Rossetto também destacou a importância do processo de construção das políticas. “O diálogo permanente é o grande patrimônio político. Ele permite que o trabalhador rural tenha voz ativa e que seja protagonista na elaboração de políticas públicas”, avaliou.

Os conselheiros e conselheiras presentes afirmaram a importância do fortalecimento do Condraf e sinalizaram a necessidade de ampliar as políticas públicas em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).

“Elaboramos esse plano com a participação de toda a população rural e é isso que vai nortear o rural para os próximos anos. Tenho certeza que teremos um futuro melhor que o presente, pois o presente é melhor que o nosso passado”, salientou a representante do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), Elizete Maria da Silva, que participou do último encontro do Condraf em 2014.

Oficina mobiliza juventude extrativista para preservação da biodiversidade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/12/2014

Reforçar a importância do diálogo com a juventude extrativista para elaboração e execução de medidas públicas específicas que atendam à realidade do campo, da floresta e das águas, na preservação da biodiversidade e na garantia do manejo da produção sustentável e solidária. Com este objetivo, está sendo realizada em Brasília, até esta quarta-feira (17), a 1ª Oficina Nacional de Jovens Extrativistas.

O evento é organizado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, ocorre na Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Com o tema “Educar para a vida é a certeza de plantar sementes e colher bons frutos”, o evento busca dar início a trabalhos de auto-organização, reconhecimento e fortalecimento da juventude extrativista.

“O Conselho Nacional de População Extrativista (CNS) ao realizar a oficina busca ampliar o debate com os jovens e participar do processo de organização de questões como saúde, educação e inclusão produtiva. Com isso mobiliza os jovens entorno da preservação da floresta”, afirmou o coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CGPCT/MDA), Edmilton Cerqueira.

O coordenador participou da abertura do evento e destacou que o MDA tem intensificado as ações para a população extrativista por meio de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a agricultura familiar.

Na programação, estão rodas de conversas entre as lideranças institucionais e a juventude extrativista, a fim de construir um diálogo sobre os avanços e desafios da preservação ambiental.

A expectativa é que, a partir do encontro, sejam construídas uma rede de jovens extrativistas e uma agenda de mobilização e de reivindicação de assuntos específicos dessa juventude. Participam do encontro 17 jovens extrativistas das regiões Norte e Nordeste do Brasil (representantes dos estados do Amazonas, Acre, Pará, Tocantins, Roraima, Rondônia, Amapá e Maranhão) e cinco representantes da direção nacional do conselho.

Também participam representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Nacional de Juventude, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Brecha no Código Florestal pode afetar recomposição de reservas. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 18/12/2014

Um polêmico artigo incluído no Código Florestal brasileiro, aprovado dois anos atrás, promete abrir a mais nova temporada de judicialização nos processos de regularização ambiental em algumas regiões do país. No cerne do debate está o artigo 68, que desobriga o produtor de recompor a Reserva Legal da sua propriedade caso o percentual de supressão da vegetação nativa estivesse dentro do que era permitido à época.

O artigo foi inicialmente incluído na lei para não penalizar proprietários de imóveis rurais do bioma Amazônia, que viram a exigência de Reserva Legal elevada devido às taxas galopantes de desmatamento. Assim, quem tivesse mantido a sua floresta em 50% da área da propriedade quando essa era a exigência legal, não entraria em desconformidade quando a cobertura vegetal foi estendida a 80% da área total, nos anos 1990.

Mas o que foi pensado para um bioma específico acabou sendo entendido como válido juridicamente para todo o país. Agora, legisladores de diferentes Estados da Federação tentam se apropriar desse entendimento para ampliar o número de propriedades rurais isentas da recomposição total ou parcial de suas Reservas Legais. Em alguns casos, a argumentação ocorre também a partir do questionamento de nomenclaturas.

Aprovada na semana passada pela Assembleia Legislativa de São Paulo, a lei 219/14, que regulamenta no Estado o Código Florestal federal, provocou celeuma entre ambientalistas porque, entre outros pontos, evocou o artigo 68 para isentar propriedades do Cerrado paulista de recomposição florestal. O bioma perfaz cerca de 15% do Estado, cortando-o numa diagonal que passa por Barretos, Bauru e segue até a região de Itapeva. A alegação: a palavra "Cerrado" só passou a configurar na legislação brasileira em 1989, muito depois do início da sua ocupação - só poderia ser classificada como passivo ambiental, portanto, a supressão vegetal ocorrida após este ano.

A mesma argumentação vem sendo utilizada pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). A entidade afirma que a terminologia "campos sulinos" ou "bioma Pampa" só apareceu na letra da lei em 2001. "A lei falava em florestas e matas. Quem já veio ao Rio Grande do Sul sabe que o Pampa são gramíneas, ocupadas pelo homem há séculos", diz Eduardo Condorelli, assessor técnico da entidade. "Defendemos que quem desmatou no Pampa até 2001 não precisa recompor os 20% de área de Reserva Legal".

Bolsa Verde beneficia mais de 70 mil famílias. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/12/2014

O programa Bolsa Verde atingiu a meta de 70 mil famílias beneficiárias. Em dezembro de 2014, já são mais de 70 mil famílias que recebem o benefício de R\$ 300 a cada três meses por viver em áreas de proteção ambiental e usar de forma sustentável os recursos naturais da floresta.

O programa, criado em 2011, recebeu mais de R\$ 145 milhões em investimentos do governo federal. O objetivo do Bolsa Verde é apoiar a superação da pobreza em

unidades de conservação de uso sustentável, projetos de assentamento e outras áreas rurais, visando a conservação do meio ambiente e valorizando as comunidades que conservam os recursos florestais.

O programa funciona como um incentivo às comunidades para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem.

“Temos o desafio de incentivar a preservação dos ecossistemas valiosos e importantes e, ao mesmo tempo, prover melhores condições de vida para as populações”, avalia a diretora de Extrativismo do MMA, Larisa Gaivizzo. “Em paralelo, estamos realizando ações estruturantes, como a análise dos impactos socioambientais nos territórios e apoiando a implementação da assistência técnica rural (ATER) extrativista, que já atende 26 mil famílias nas áreas do programa Bolsa Verde”, explica.

Larisa destaca o edital Ecoforte Extrativista, voltado para empreendimentos comunitários no bioma Amazônia, como uma das ações especialmente voltadas para os extrativistas. “No próximo ciclo, em 2015, daremos ênfase à formação por meio do Programa Nacional *de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)*”.

REGRAS

Para participar do Bolsa Verde, a família deve: estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estar dentro do perfil de renda definido pelo BV (famílias com renda de até R\$ 77 por pessoa) e receber o Bolsa Família.

O programa atende áreas federais, sendo elas: Reservas Extrativistas (Resex), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Florestas Nacionais (Flonas), Projetos de Assentamento (PA) e territórios ribeirinhos que tenham Termos de Autorização de Uso Sustentável concedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Para serem contempladas, as áreas devem possuir instrumento de gestão dos territórios (documento com as regras de uso dos recursos naturais) e apresentar diagnóstico ambiental (verificação da cobertura vegetal da área) favorável.

NÚMEROS

Dos 71.398 beneficiários, 23.268 foram cadastrados pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), 42.164 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 5.966 pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Os territórios do Bolsa Verde correspondem a aproximadamente 5,5% do território nacional, em 945 áreas beneficiadas, sendo: 68 Unidades de Conservação Federais (33% das famílias), 877 projetos de assentamento do Incra (59% das famílias), além das famílias ribeirinhas, que vivem em áreas de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (9% das famílias). A região Norte abriga 78% dos beneficiários do programa.

Confira abaixo o Guia para Gestores com mais detalhes sobre o funcionamento do Bolsa Verde e a Cartilha para beneficiários, em linguagem de cordel.

Programa ABC liberou R\$ 450 milhões em novembro – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 23/12/2014

Desde sua implantação o programa já distribuiu R\$ 8,9 bilhões em créditos

O Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), liberou, apenas no mês de novembro, R\$ 452,9 milhões em créditos para produtores rurais, em uma área de 220 mil hectares.

Por meio do programa, que tem sido citado pela Presidenta Dilma Rousseff como exemplo mundial de agricultura sustentável, já foram utilizados R\$ 8,9 bilhões de reais pela agropecuária brasileira, num total de 29.347 contratos, desde seu lançamento, em 2011.

Para o ano safra de 2014/2015, foram disponibilizados ao produtor rural um montante de R\$ 4,5 bilhões de reais, com taxas de juros que variam de 4,5% a 5% ao ano, com prazos de carência e pagamento variando de seis a 15 anos. Desse montante, 1,4 bilhões já foram utilizados, desde o início do ano safra, em julho. Os números representam um crescimento de 57% em relação ao mesmo período do ano passado.

ABC 2014

Durante o ano de 2014, o ABC esteve envolvido em diversos eventos, como forma de divulgar o programa. Esteve presente no Rally da Safra 2014; Seminário ao Dia Nacional da Conservação do Solo; Encontro Nacional do Plano ABC; Participação no Rally da Pecuária e Plano ABC 2014; Seminário ao Dia Nacional do Calcário; Seminário Intercâmbio Internacional sobre Agricultura Sustentável/AGROBRASÍLIA/DF; Seminário CONIRD e Seminário ao Ano Internacional dos Solos.

Para o secretário Caio Rocha, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), o “ABC é um programa estruturado com apoio da nossa pesquisa, da assistência técnica e do comprometimento do setor financeiro por meio de toda sua rede de crédito agrícola”, afirma. “Os números continuam crescendo, o que demonstra a confiança do produtor e sua vontade de desenvolver a agropecuária sustentável”, completa.

O ABC

O programa é dividido em sete eixos - seis de mitigação ao processo de mudança climática e um de adaptação. O planejamento e adoção de tecnologias de produção sustentáveis envolvem a recuperação de pastagens degradadas (RPD), integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), sistemas agroflorestais (SAFs), sistema plantio direto (SPD), fixação biológica de nitrogênio (FBN), florestas plantadas (FP), tratamento de dejetos animais (TDA) e adaptação às mudanças climáticas.

Soberania alimentar: 5 passos para esfriar o planeta e alimentar sua população. La Via Campesina – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 26/12/2014

Entre 44% e 57% de todas as emissões dos gases estufa provêm dos sistemas de alimentação globais. Entenda como isso funciona e as soluções para o problema.

Desflorestamento: 15-18%

Antes que as plantações comecem, os tratores fazem seu trabalho. Pelo mundo todo, a agricultura industrial está se lançando sobre as savanas, as áreas úmidas e as florestas, lavrando uma enorme quantidade de terrenos. A FAO diz que a expansão da fronteira agrícola é responsável por volta de 70-90% do desflorestamento global, e a metade disto para a produção de alguns poucos commodities voltados à exportação. A parte agrícola do desflorestamento contribui com 15-18% das emissões globais de Gases do Efeito Estufa.

Agricultura: 11-15%

Se reconhece que a agricultura contribui com 11-15% de todos os gases estufa produzidos no mundo. A maior parte destas emissões resultam do uso de insumos industriais, como fertilizantes químicos e combustível para os tratores e maquinário agrícola, assim como o excesso de estrume gerado pela criação de gado.

Transporte: 5-6%

A cadeia produtiva da alimentação atua como uma agência de viagens global. Plantações para a alimentação de animais podem ser feitas na Argentina, para alimentarem frangos no Chile, que serão exportados para a China, onde serão processados e comidos em McDonalds dos EUA. Muita da nossa comida, produzida sob condições industriais em lugares distantes, viajam milhares de quilômetros antes de alcançarem nossos pratos. Nós podemos estimar que o transporte de comida está ligado a um quarto dos gases estufa produzidos pelo transporte mundial, ou 5-6% do total destas emissões.

Processamento e embalagem: 8-10%

O processamento é um passo altamente lucrativo da cadeia industrial do alimento. A transformação de alimentos em refeições prontas, salgadinhos e bebidas necessitam de uma enorme quantidade de energia, principalmente na forma de carbono. Assim como o embalagem e enlatamento desta comida.

Comercialização e refrigeração: 2-4%

A refrigeração é o sustentáculo das cadeias de supermercado e fast food. Onde quer que o sistema industrial de alimentos vá, a cadeia da refrigeração o acompanhará. Considerando que a refrigeração é responsável por 15% de todo consumo de eletricidade no mundo, e que o vazamento de químicos são uma grande fonte de gases estufa, podemos dizer com segurança que a refrigeração dos alimentos contribui para cerca de 1-2% de toda a emissão de gases estufa. O comércio varejista contribui para outros 1-2%.

Desperdício: 3-4%

O sistema industrial de alimentos descarta mais da metade de toda comida que ele produz, jogada fora na longa jornada entre as fazendas e os distribuidores, os processadores de alimentos e os varejistas e restaurantes. Boa parte do que é desperdiçado apodrece em montes de lixo e aterros sanitários, produzindo uma quantidade substantiva de gases estufa. Entre 3,5-4,5% das emissões globais destes gases vêm do lixo, e mais de 90% deles são produzidos por materiais originários do sistema de produção de comida.

Soberania alimentar: 5 passos para esfriar o planeta e alimentar sua população.

1- Tomar conta do solo.

A equação comida/clima está baseada na terra. A expansão da agricultura insustentável no século passado levou à destruição de cerca de 30-75% do material orgânico das terras aráveis, e 50% do material orgânico nas pastagens e pradarias. Esta perda massiva de matéria orgânica é responsável por entre 25% e 40% do atual excesso de CO₂ na atmosfera terrestre. Mas a boa notícia é que este CO₂ que mandamos à atmosfera pode ser devolvido ao solo apenas restaurando as práticas que pequenos agricultores desenvolveram por gerações. Se as políticas e incentivos corretos forem colocados em prática no mundo todo, a matéria orgânica do solo poderia ser restaurada a níveis pré-industriais dentro de 50 anos - que foi mais ou menos o tempo que a indústria levou para reduzi-la. Isto iria compensar entre 24% e 30% de todos os gases estufa atuais.

2- Agricultura natural, sem químicos.

O uso de químicos na agroindústria está sempre aumentando, enquanto os solos estão cada vez mais empobrecidos e as pragas estão se tornando imunes aos inseticidas e herbicidas. No entanto, pequenos agricultores pelo mundo ainda possuem o conhecimento e a diversidade de culturas e animais para plantar produtivamente sem o uso de químicos e diversificando os sistemas, integrando agricultura e criação de animais, incorporando tudo isso à vegetação nativa. Estas práticas aumentam a produtividade potencial da terra pois melhoram a fertilidade do solo e previnem a erosão. A cada ano mais matéria orgânica é produzida no solo, possibilitando a produção de mais e mais comida.

3- Acabar com a distância da comida e focar em alimentos frescos

A lógica corporativa que resulta nos envios de comida ao redor do mundo não faz nenhum sentido do ponto de vista ambiental ou de qualquer outra perspectiva importante. O comércio global de comida, da abertura de trechos de terras e florestas para a produção de commodities agrícolas até a comida congelada vendida nos supermercados: estes são os principais culpados do sistema na contribuição às emissões de gases estufa. Muitas das emissões do sistema poderiam ser eliminadas se a produção de comida fosse reorientada na direção dos mercados locais e dos alimentos frescos, e longe das carnes baratas e comidas processadas. Mas alcançar este patamar é provavelmente a luta mais dura, enquanto os governos e as corporações estão comprometidos com a expansão do comércio de alimentos.

4- Devolvam a terra aos agricultores e parem com as mega plantações.

Nos últimos 50 anos, 140 milhões de hectares - o tamanho de todas as terras de agricultura da Índia - foram tomados por quatro culturas que crescem predominantemente em grandes plantações: soja, dendê, canola e cana de açúcar. A área global sob estes e outros commodities agrícolas - todos notáveis emissores de gases estufa - irá aumentar se as políticas públicas não mudarem. Hoje, pequenos agricultores estão espremidos em menos de um quarto das terras, mas produzem a maior parte da comida mundial - 80% de toda comida em países não-industrializados, segundo a FAO. Pequenos agricultores produzem estes alimentos de maneira muito mais eficiente do que as grandes plantações, e de uma maneira melhor para o planeta. Uma redistribuição mundial das terras aos pequenos agricultores, combinada com políticas que ajudem a reconstruir a fertilidade do solo e políticas que apoiem os mercados locais podem reduzir os gases estufa pela metade em poucas décadas.

5- Esqueça as soluções falsas e foque no que funciona

Há um crescente reconhecimento de que a comida é central nas mudanças climáticas. Os últimos relatórios do IPCC reconheceram que a comida e a agricultura são grandes contribuintes das emissões de gases estufa e que as mudanças climáticas impõem desafios gigantescos à nossa capacidade de alimentar uma população em crescimento. Ainda não houve nenhuma vontade política para desafiar o modelo dominante de distribuição e produção industrial de comida. Ao invés disso, os governos e corporações estão propondo inúmeras falsas soluções. Há uma proposta vazia do Climate Smart Agriculture, que é essencialmente apenas uma repaginação da Revolução Verde. Há tecnologias novas e arriscadas como culturas geneticamente modificadas, para resistirem a secas ou projetos de geoengenharia de larga escala. Há projetos de biocombustíveis, que estão levando à grilagem de terras no Sul. E há os mercados de carbono, que permitem que os piores agressores do meio ambiente não precisem cortar suas emissões apenas transformando florestas e a terra de camponeses e indígenas em áreas de conservação. Nenhuma destas “soluções” funcionarão, pois elas trabalham contra a única solução efetiva: uma mudança do sistema industrial globalizado de alimentos, governado pelas corporações, em direção de sistemas de alimentação locais que estejam nas mãos dos pequenos agricultores.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa